

72% do dinheiro captado pelos bancos financia o setor público

Por Sergio Lamucci | De São Paulo



Rocca: "O problema da poupança no Brasil está relacionado ao setor público".

Com a forte piora da situação fiscal do país, especialmente a partir de 2014, uma fatia expressiva e crescente da poupança financeira passou a ser drenada para financiar o desequilíbrio das contas públicas. No fim do ano passado, 72,2% de todos recursos captados pelo sistema bancário financiavam o setor público, na forma de títulos públicos, operações compromissadas ou empréstimos, segundo estudo do Centro de Mercado de Capitais (Cemec) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Esse movimento ocorre "em detrimento do setor privado", como destaca o economista Carlos Antônio Rocca, diretor do Cemec. Nesse cenário, sobra menos de 28% do dinheiro levantado pelas instituições bancárias para serem destinados a empresas e famílias.

Rocca ressalta a evolução de outros indicadores que evidenciam como o setor público abocanha uma fatia significativa da poupança financeira no país. Em 2014, por exemplo, os títulos públicos representavam 37% da carteira dos investidores institucionais (fundos de investimento, fundos de pensão, planos de previdência aberta e seguradoras), a menor fatia desde 2007; em 2017, esse número atingiu 52%.

A dívida pública bruta em relação ao PIB subiu de pouco menos de 51% do PIB em 2013 para mais de 73% do PIB no fim de 2017, aponta o estudo. No mesmo período, o endividamento de empresas e famílias passou de 60% para 56,3% do PIB, tendo atingido 64,5% do PIB em 2015. Com isso, a participação do setor público aumentou entre 2013 e 2017 de 47% para 57% do endividamento total (a soma da dívida pública com a privada).

"Esses números mostram a intensidade do chamado 'crowding out' do setor privado", diz Rocca, referindo-se ao fenômeno pelo qual o setor público toma espaço de empresas e famílias, absorvendo uma grande parcela da poupança da economia. Há, desse modo, uma forte restrição do fluxo de recursos para o financiamento do setor privado. Rocca observa que as empresas têm enfrentado

dificuldades decorrentes de níveis excessivos de endividamento. Nesse ambiente, ela procuram diminuir as dívidas, um processo mais lento no caso de empresas pequenas e médias, de acordo com ele.

O estudo do Cemec enfatiza ainda a evolução da poupança doméstica bruta nos últimos anos. Pelo resultado das contas nacionais, essa taxa teve uma pequena alta de 2016 para 2017, aumentando de 13,9% para 14,8% do PIB. No entanto, ainda é bastante inferior à média de 2010 a 2013, de 18,2% do PIB.

A deterioração das contas públicas nos últimos anos teve efeito dramático sobre a poupança, enfatiza Rocca. A queda da taxa se deveu integralmente à piora da situação do setor público. Em 2012, União, Estados e municípios pouparavam o equivalente a 0,57% do PIB; em 2017, esse número ficou negativo em 7% do PIB. Nesse mesmo período, a poupança de empresas e famílias subiu de 17,5% para 21,8% do PIB.

Rocca observa que o desempenho da taxa de poupança do setor privado é ainda melhor quando se calcula a taxa como proporção do PIB depois do pagamento de impostos. Por esse critério, a poupança do setor privado se eleva para 32,5% do PIB em 2017, o maior nível desde 2000 e superior à





média de 28,1% do PIB do período de 2000 a 2015.

"O problema da poupança no Brasil está relacionado ao setor público", diz Rocca. Segundo ele, o estudo não corrobora a ideia de que o setor privado brasileiro não poupa. "O nível de poupança do setor privado não é asiático, mas é considerável."

Para Rocca, a melhora recente na situação do setor privado está "aparentemente associada" ao esforço de redução do endividamento de empresas e famílias na crise. Na recessão, consumidores tendem a ficar mais cautelosos, num quadro de desemprego elevado, e muitas companhias alteram a política de distribuição de dividendos, aumentando a parcela de lucros retidos.

Para aumentar a taxa de poupança brasileira, é fundamental resolver o desequilíbrio das contas

públicas, ressalta o economista. Países que pouparam pouco têm dificuldade para financiar o investimento, o que afeta as perspectivas de expansão da economia a taxas mais elevadas.

"É preciso aumentar o investimento para o país crescer", diz Rocca, ressaltando a "elevada correlação" entre as taxas de variação do PIB e da formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação). De 2004 para cá, ela chega a 0,97. No estudo, Rocca observa que em 2017 a taxa de investimento (incluindo a variação de estoques) ficou em 15,5% do PIB, quase idêntica aos 15,4% do PIB de 2016 e muito abaixo da média de 21,7% do PIB registrada entre 2010 e 2013. "Certamente essa forte queda é o principal fator que explica a intensidade da recessão da economia brasileira em 2015 e 2016 e que só em 2017 deu sinais de reversão", afirma ele.

O tombo da poupança pública

Evolução da taxa de poupança total, do setor público e de empresas e famílias - em % do PIB



Em dezembro de 2017, **72,2%** dos recursos captados pelo sistema bancário financiavam o setor público

A participação dos títulos públicos na carteira dos investidores institucionais aumentou de **37%** em 2014 para **52%** em 2017

Fonte: IBGE e Cemec

Refis eleva gasto com juros e dívida da União, mostra Receita

Por Fabio Graner | De Brasília

O último programa de parcelamento de dívidas tributárias pode ter gerado um gasto adicional com juros da União superior a R\$ 3 bilhões em um ano, segundo cálculos feitos pela Receita Federal. De acordo com o coordenador de cobrança da Receita, Marcos Flores, muitas empresas e famílias têm aproveitado os sucessivos programas de parcelamento especial, como o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), para se financiar ou fazer estratégias de investimentos a partir de recursos que deveriam ser usados pagar tributos, ganhando ou economizando às custas da União.

A consequência é que a União acaba tendo menos recursos disponíveis para pagar sua dívida e precisa se financiar mais no mercado. "Entre janeiro de 2017 e janeiro de 2018, União gastou mais R\$ 3,4 bilhões para financiar os contribuintes que optaram pelo Pert. É quanto a União pagou a mais pegando dinheiro por meio de títulos públicos para financiar estes contribuintes", disse Flores ao Valor.

A conta tem caráter ilustrativo e é uma extração de um exemplo individual aplicado sobre o estoque de R\$ 161 bilhões de crédito

tributário que ingresso no programa e parte da hipótese de pagamento à vista em janeiro de 2018, com desconto de 70% da multa e 90% dos juros.

Outra ponderação é que cada contribuinte tem uma situação específica e há também grande parte de débitos mais antigos do que janeiro de 2017, o que aumentaria esse valor perdido pelo governo.

O exemplo individual elaborado pela Receita considera uma empresa que optou por deixar de pagar R\$ 100 milhões ao Fisco em janeiro do ano passado, colocou o dinheiro em uma aplicação livre de risco (Selic) e teve um ganho líquido de R\$ 1 milhão, considerando sua adesão ao parcelamento especial e o pagamento à vista com descontos em janeiro de 2018. Se o dinheiro tivesse sido aplicado em um fundo de ações small caps, a Receita calcula que o ganho líquido nesse caso seria de R\$ 25,4 milhões.

Flores destaca que o prejuízo do governo ocorre mesmo nos casos de menor desconto de multa e juros previstos no último programa de parcelamento. Isso porque, destaca, enquanto os juros aplicados sobre a dívida renegociada com o Fisco corre indexada a juros simples, a União paga juros compostos nos títulos emitidos.

Outro aspecto apontado é que algumas dívidas renegociadas e de valores relevantes teriam como ser, cedo ou tarde, recuperadas pela União, o que tornaria mais evidente ainda a situação de que o governo se endivida para financiar. O índice de adesão ao programa de regularização entre os contribuintes com maiores volumes de garantia arroladas (que ficam vinculadas a um débito) pela Receita Federal foi bem maior do que entre aqueles com poucas ou nenhuma garantia.

No primeiro grupo, 35% dos contribuintes com 100% de dívida com garantias aderiram ao parcelamento. Já entre os que não têm garantia, ou no máximo 5% do valor devido coberto por garantias, o nível de adesão é de 10%. "Isso demonstra que quem mais usa os parcelamentos especiais não é quem está com dificuldade financeira, mas aquele que não tem mais escapatória e paga de qualquer jeito", afirmou Flores.

A Receita tem se posicionado contra os parcelamentos especiais, não só pelo prejuízo que causa à União em termos financeiros e de deterioração de base arrecadatória, mas também porque beneficia aqueles que não pagam suas dívidas.

Para Marcio Gonçalves, chefe da divisão de classificação e análise de





arrecadação da Receita Federal, para os casos de dificuldade momentânea das empresas, o Fisco tem opção de parcelamento ordinário, que é corrigido pela taxa Selic e em 60 parcelas, que já seria muito mais vantajoso do que tomar crédito no mercado e não ocorre em outros lugares do mundo.

"É importante lembrar que aquele que pagou o tributo corretamente está sofrendo concorrência desleal daqueles que não estão pagando tributos e se financiando dessa forma", disse Gonçalves.

Procurador defende solução do governo para 'regra de ouro'

Por Ribamar Oliveira | De Brasília



Júlio Marcelo, procurador do Ministério Público: "Não adianta dizer que está errado, sem apontar uma alternativa".

O procurador Júlio Marcelo, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), defendeu ontem a solução apresentada pelo governo para a chamada "regra de ouro" em 2019, que consta do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO), enviado na semana passada ao Congresso. "A proposta do governo seria inconstitucional se houvesse uma alternativa", afirmou. "Mas não há outro caminho." Para ele, "não adianta dizer que está errado, sem apontar uma alternativa".

A Constituição estabelece que a dívida pública não pode aumentar para custear despesas correntes, como pagamento de servidores ou aposentadorias, mas apenas para despesas de capital (investimentos). Esta determinação ganhou o nome de "regra de ouro".

O artigo 21 do PLDO permite que o governo inclua, na previsão de

receita para 2019, a arrecadação a ser obtida em operações de crédito que serão solicitadas ao Congresso somente no próximo ano para custear parte significativa das despesas correntes. As despesas ficarão condicionadas à aprovação da autorização para essas operações de crédito.

Ontem, o consultor Antônio d'Ávila Júnior disse ao Valor que a fórmula apresentada pelo governo no PLDO é inconstitucional, pois a Lei 4.320/64, recepcionada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como lei complementar, só permite que o produto de operações de crédito já autorizadas pelo Congresso seja incluído nas estimativas de receitas do Orçamento.

Além disso, segundo d'Ávila, para o caso que enseja o descumprimento da "regra de ouro", a autorização para a contratação da operação de crédito precisa ser obtida por meio de um processo legislativo específico determinado pela Constituição, o que não estaria sendo observado.

Para Júlio Marcelo, a alternativa à proposta do governo seria encaminhar ao Congresso "um Orçamento falso, sem todas as despesas" e, no próximo ano, fingir que novas despesas teriam surgido e pedir um crédito suplementar ou especial. Marcelo disse que essa alternativa seria pior do que a que o governo adotou. "O que eles [as autoridades] estão fazendo é

honesto, não estão fingindo que não existe o problema."

Para ele, o melhor seria apresentar uma proposta de emenda constitucional (PEC) para alterar, mesmo que temporariamente, o artigo da Constituição que trata da regra de ouro. Mas o procurador lembrou que, atualmente, o Congresso não pode aprovar alteração constitucional por causa da intervenção federal no Rio de Janeiro. Ao concluir, o procurador citou a frase em latim *ad impossibilita nemo tenetur*, que significa algo como "ninguém pode ser obrigado a fazer o impossível".

O Ministério do Planejamento defendeu, por meio de nota enviada ao Valor, a constitucionalidade do PLDO, com o argumento principal de que, na ausência da lei complementar sobre finanças públicas prevista na Constituição, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pode disciplinar e orientar a elaboração da proposta orçamentária. Além disso, o Planejamento afirmou que a Lei 4.320 não foi "totalmente recepcionada pela Constituição atual".

De acordo com a nota, "existem vários dispositivos na Lei 4.320 que não são utilizados ou não têm vigência em função da existência de outra legislação". O Planejamento informou também que a própria LDO já mudou vários dispositivos da Lei 4.320 no passado.

Ação judicial coloca em risco empréstimo ao Estado do RJ

Por Cláudia Schüffner | Do Rio

Uma ação civil pública do Ministério Público estadual contra o Estado do Rio de Janeiro colocou em risco uma operação para captar US\$ 600 milhões garantidos por receitas futuras com o pagamento de royalties sobre a produção de petróleo. O governo teme que o BNP Paribas, coordenador da operação junto com o Banco do Brasil, cancele a captação.

A juíza Juliana Leal de Melo, substituta da 10ª Vara de Fazenda Pública do Rio, concedeu prazo de 24 horas para o Ministério Público responder à argumentação da Procuradoria-Geral do Estado, que mostrou que a operação já foi realizada e o contrato foi assinado antes da ação. A captação foi concluída no dia 13.

O MP estadual entrou com ação na segunda-feira contra o Estado por considerar que ilegalidades

decorrentes da securitização dos royalties de petróleo teriam causado dano ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RioPrevidência).

"Essa forma irresponsável de gestão fiscal contribuiu em grande medida para a atual falência do Estado. Sob o argumento de captar receitas extraordinárias para o orçamento de 2018, o governo prejudicará o orçamento dos próximos 12 anos, pagando juros ao mercado e 15% de imposto à União, além de ficar exposto à variação do câmbio", diz a assessoria do MP-RJ, citando a ação.

O MP também atribui às captações realizadas em 2013 e 2014 o déficit superior a R\$ 4,6 bilhões do orçamento de 2018. As receitas do Estado com royalties e com a Participação Especial (PE) devidos pelos produtores de petróleo no Estado desde 2005, quando foi publicado o decreto estadual 37.571. Ele prevê a

incorporação, ao patrimônio do RioPrevidência, de quaisquer direitos de propriedade do Estado sobre os royalties e a participação especial.

A captação de US\$ 600 milhões questionada pelo MP-RJ tem prazo de 7,5 anos e yield de 8,2% ao ano. A previsão do governo no Plano de Recuperação Fiscal para o período 2017-2020 é antecipar R\$ 3 bilhões lastreados em receitas futuras.

A anulação, como requer o MP-RJ, coloca em risco uma das fontes de receita previstas no regime de recuperação fiscal do Estado até 2020, que conta com três empréstimos. Em um deles, de R\$ 2,9 bilhões, junto ao BNP Paribas, a Cedae entra como garantia. O outro é de R\$ 3,05 bilhões para pagamento de fornecedores ainda depende da aprovação de um projeto de lei pela Assembleia Legislativa. O terceiro é a captação de US\$ 600 milhões garantidos com a arrecadação dos royalties.

Venda de distribuidoras pode ser adiada outra vez

Por Rafael Bitencourt | De Brasília



Wilson Ferreira Jr: modelo deve atrair investidores com interesse de longo prazo.

A venda do controle das seis distribuidoras da Eletrobras pode ser novamente adiada, ficando para depois de maio, se o Tribunal de Contas da União (TCU) não encurtar os prazos previstos de análise do processo. Ontem, o relator do caso no tribunal, ministro José Múcio, disse que as conclusões sobre modelo de privatização devem ser levadas à apreciação do plenário em um pouco mais de um mês.

A privatização das distribuidoras poderia ter sido liberada pelo tribunal há cerca de três semanas, quando o relator submeteu a proposta de acórdão à aprovação em plenário. Na ocasião, a procuradora-geral Cristina Machado, que representa o Ministério Público junto ao TCU, levantou uma série de questões sobre a operação.

O BNDES havia marcado o leilão para 21 de maio. Na semana passada, no entanto, o presidente da Eletrobras,

Wilson Ferreira Júnior disse que deve ficar para dia 31.

Múcio disse que a data indicada pelo banco é considerada inviável. "Já era, não tem condições. Se colocar aqui três ou quatro semanas, [a previsão] passa do dia 21", disse. De praxe, os órgãos que realizam as licitações públicas costumam aguardar o posicionamento do tribunal, com alguma recomendação ou determinação, para, só então, lançar o edital. Em geral, o leilão é realizado após 30 dias, para dar tempo de interessados analisarem regras e minutias de contratos.

A Eletrobras estabeleceu, em assembleia de acionistas, que a venda das distribuidoras deve sair até 31 de julho. Se isso não ocorrer, as empresas devem ser liquidadas. "A liquidação nunca houve porque significa simplesmente fechar as empresas. E quem fica com a responsabilidade de prestar o serviço? Temos que encontrar uma fórmula que a sociedade não pague por isso", afirmou Múcio logo após reunião com os ministros Eduardo Guardia (Fazenda), Esteves Colnago (Planejamento) e Moreira Franco (Minas e Energia).

Moreira disse, após a reunião, que o governo apresentará dentro de dois a três dias os esclarecimentos técnicos solicitados pelo tribunal. Questionado sobre a viabilidade de cumprir os prazos estabelecidos, Moreira disse apenas que isso não foi tratado na reunião.

"Não viemos tratar aqui de cronograma. Viemos conversar com o tribunal mostrando as razões técnicas, a necessidade desse programa prosseguir", afirmou. O ministro do TCU disse que os ministros do governo foram à reunião exatamente com o propósito de saber o "timing" da liberação dos estudos.

A venda das distribuidoras é considerada etapa preliminar à privatização da holding, cujo modelo proposto vem sendo discutido na Câmara. Ontem, a aguardada audiência pública com o presidente da Eletrobras mostrou que o esforço do governo em mobilizar aliados para fazer coro à favor da privatização ainda não deu resultado. Os discursos de deputados de oposição dominaram mais uma vez o debate da comissão especial.

Em sua apresentação, Ferreira Jr. disse que o modelo proposto deverá atrair investidores com interesse de longo prazo. "A empresa de energia tem uma rentabilidade menor, mas que é compatível com investimentos de fundos de pensão, de infraestrutura, de países emergentes".

Segundo o presidente da Eletrobras, os competidores diretos da estatal não devem querer assumir fatias minoritárias na privatização. O modelo proposto pelo governo prevê a diluição do controle da União permitindo que os agentes privados assumam até 10% de participação individual.

Falta de gás em térmicas provoca pressão sobre tarifas

Por Daniel Rittner | De Brasília

Em apenas 45 dias, os consumidores de energia elétrica em todo o país ficaram com uma conta de R\$ 128 milhões nas mãos por causa da falta de suprimento de gás natural da Petrobras para a usina Termofortaleza (CE). A estatal deixou de fornecer o insumo para a térmica, operada pela italiana Enel, entre 28 de fevereiro e 15 de abril.

Durante todo esse tempo, mesmo em plena temporada de chuvas, a usina de 332 megawatts (MW) foi acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Ela tem o terceiro custo mais baixo de operação entre 40 térmicas no Nordeste. Por isso, torna-se uma das primeiras a ligar as turbinas. Se fica indisponível, o ONS recorre a fontes mais caras para tapar o buraco. É o que se conhece no setor como geração fora da ordem de mérito - justamente por não respeitar a ordem do custo de geração. A diferença vai para o Encargo de Serviços do Sistema (ESS) e chega às tarifas de energia.

Para especialistas, o problema na Termofortaleza é um prenúncio do que pode ocorrer com mais de 5 mil

MW em usinas do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), criado em 2000. Esses projetos - em Estados como Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio - tinham garantia de suprimento da Petrobras. Só que o preço do combustível está fixado em US\$ 4 por milhão de BTU nos contratos originais e ficou defasado. A Petrobras tem preferido pagar as multas do que fornecer o gás com prejuízo. Procurada, a empresa preferiu não se pronunciar.

Uma emenda deve ser incluída na MP 814 pelo deputado Julio Lopes (PP-RJ). Relator da medida, ele fará uma mudança no texto transferindo aos consumidores de energia a diferença entre o valor inicialmente fixado do gás e o "preço médio" do mercado - hoje em torno de US\$ 7. A conta iria para o ESS e, depois, seria repassada às tarifas. A emenda desperta reação contrária da Abrace, associação dos grandes consumidores industriais, que calcula um impacto de R\$ 2,5 bilhões.

As empresas controladoras das térmicas - como Enel, Neoenergia, EDF - admitem reservadamente que pode haver aumento de tarifa com atualização no preço do gás. Mas consideram as estimativas da Abrace exageradas e sustentam que o custo

de não fazer nada seria várias vezes maior. O Instituto Acende Brasil estima que "não fazer nada" levaria a um gasto de até R\$ 9 bilhões por ano - o que criaria uma pressão entre 9 e 10 pontos percentuais nas tarifas.

O presidente do instituto, Cláudio Sales, explica: a Termofortaleza, por exemplo, tem custo unitário de R\$ 140 por megawatt-hora. Se outras térmicas forem precisando ser acionadas, algumas custam até R\$ 950, como aquelas movidas a óleo diesel. Outras usinas do PPT estão ameaçadas de perder o fornecimento de gás. "Não faz sentido trocá-las por térmicas a óleo."

Levando tudo isso em conta, Sales acredita que a mudança na MP 814 é a "solução mais econômica" para os consumidores, principalmente quando se leva em conta a perspectiva de continuidade no acionamento das térmicas.

Do ponto de vista operacional, a indisponibilidade da Termofortaleza não gera dor de cabeça à segurança no suprimento, afirmou o ONS em relatório. A autarquia, porém, completou: "A indisponibilidade de geração da UTE Termofortaleza conduz à elevação dos custos de atendimento".

Projeção do FMI para PIB do Brasil no ano sobe para 2,3%

Por Juliano Basile | De Washington

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou suas estimativas para o crescimento da economia brasileira, para 2,3% neste ano e 2,5% em 2019, de acordo com a edição do relatório World Economic Outlook, com perspectivas para a economia mundial, divulgada ontem.

Os números superam os apresentados em janeiro, quando o organismo multilateral esperava aumento no Produto Interno Bruto (PIB) de 1,9% para 2018 e de 2,1% para o ano que vem.

O Banco Mundial também prevê crescimento maior para o Brasil neste ano. A estimativa da instituição para 2018 é de 2,4%. O percentual é 0,4 ponto percentual acima da projeção divulgada pelo organismo multilateral em janeiro. Para 2019, a projeção do Banco Mundial é de 2,5%, igual à do FMI.

A estimativa do Fundo Monetário Internacional para a economia mundial em 2018 foi mantida nos mesmos 3,9% de crescimento previstos em janeiro, puxado pelas economias mais desenvolvidas como Estados Unidos, países centrais europeus e Japão, além da China, com a

recuperação das exportações de commodities.

Junto com a China, vários outros mercados emergentes e economias em desenvolvimento também se sairão melhor neste ano do que era previsto anteriormente, afirma o Fundo. Esse grupo inclui o Brasil, o México e a Europa.

De maneira geral, nos países emergentes, há espaço para tornar o crescimento da economia mais inclusivo e reduzir a desigualdade, por meio do aprimoramento dos impostos sobre a renda, reduzindo o ônus da tributação indireta e melhorando as transferências para os grupos de renda mais baixa, diz o FMI.

A instituição ressalta ainda que o Brasil está passando por uma melhora após a crise econômica dos anos recentes.

"Após uma profunda recessão em 2015 e em 2016, a economia do Brasil retornou ao crescimento em 2017, com 1%, e deverá melhorar para 2,3% em 2018 e 2,5% em 2019 devido ao forte consumo privado e ao investimento", diz o texto divulgado pelo Banco Mundial.

De acordo com o FMI, os indicadores gerais de inflação devem ficar "moderados", entre 3% e 4%,

em 2018 no Brasil e na Rússia "à medida que os hiatos do produto se fechem gradualmente, com o crescimento continuando a se recuperar da recessão de 2015 e 2016".

"Espera-se que a inflação aumente no médio prazo, com núcleos mais resistentes e uma modesta recuperação nos preços das commodities, mas que permaneça em níveis bem abaixo da média da última década", diz o relatório. De acordo com o estudo, as perspectivas de médio prazo para os exportadores de commodities continuam moderadas de acordo com a necessidade de maior diversificação e de ajuste econômico.

Nas considerações sobre o crescimento brasileiro, o Banco Mundial projeta uma aceleração da recuperação econômica do país. "Depois da pior recessão dos últimos 50 anos, o Brasil se recuperou e estamos calculando um aumento para 2018 e para 2019", afirmou Carlos Végh, economista-chefe do Banco Mundial para América Latina.

De acordo com o Banco Mundial, as perspectivas de crescimento na América Latina estão altas. "Na região, há excelentes notícias", ressaltou Végh. Ele destacou os números previstos para o Brasil.

Dyogo promove mudanças nas diretorias do BNDES

Por Francisco Góes e Sérgio Lamucci | Do Rio e São Paulo

O novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo de Oliveira, anunciou ontem uma reestruturação na diretoria da instituição de fomento. A partir de agora, passam a ser seis diretorias, a maioria com novas denominações e, em alguns casos, incorporando atribuições de outras áreas. Dois diretores deixam o banco - Carlos da Costa e Marilene Ramos - e Marcos Ferrari, do Ministério do Planejamento, assumirá a diretoria de Governos e Infraestrutura.

O BNDES disse que as mudanças tem o objetivo de racionalizar processos, reforçar sinergias e aumentar a eficiência operacional. Em nota, Dyogo afirmou que a revisão visa fortalecer a estratégia de digitalização do BNDES e busca maior agilidade e eficiência. Na prática, é a segunda mudança na diretoria do BNDES em menos de um mês. No fim de março, o ex-presidente do banco, Paulo Rabello de Castro, havia feito uma "dança das cadeiras", trocando diretores de áreas.

Ontem o banco divulgou nota na qual afirmou que o colegiado da diretoria passa a ser formado por seis membros, dois a menos do que no formato anterior. A diretoria que cuidava das áreas de administração, de recursos humanos e de crédito desaparece. Essas áreas são incorporadas por outras diretorias. A diretoria e-BNDES, para a área digital, anunciada por Rabello, não chegou a ser ocupada.

Na nova estrutura, Ricardo Ramos comandará a diretoria de Transformação Estratégica e Digital, a cargo dos planos de digitalização, das operações indiretas e de recursos humanos. A diretoria de Investimento será chefiada por Eliane Lustosa, que também ficará responsável pela estruturação financeira de projetos e empreendedorismo. Claudia Prates será diretora de Empresas, responsável pelas áreas de Originação do banco.

Carlos Thadeu de Freitas responderá pela diretoria de Finanças, incluindo a área financeira e a análise de risco de crédito. Marcelo de Siqueira Freitas segue na diretoria Jurídica, que acumula a área de Controladoria e Conformidade.

Esforço possível

Sem mais alternativas, governo recorre a medidas com potencial de injetar R\$ 66 bi na economia

BÁRBARA NASCIMENTO
MARTHA BECK

-BRASÍLIA- Num cenário de retomada da atividade ainda patinando, baixa popularidade do governo e com um contingente de 13 milhões de desempregados em ano de eleições, o governo recorre a medidas sem impacto fiscal para tentar estimular a economia. Sem margem de manobra para iniciativas mais ousadas, as ações incluem a redução de depósitos compulsórios, já feita pelo Banco Central, que vai liberar R\$ 25,7 bilhões para empréstimos, e a permissão para que trabalhadores de qualquer idade possam sacar recursos do PIS/Pasep depositados até 1988, o que pode resultar em estímulo de 15 bilhões. Aliadas a outras iniciativas, estas propostas têm potencial de injetar até R\$ 66 bilhões na economia. Está nessa lista ainda a regulamentação do uso do FGTS para garantir empréstimos consignados, iniciativa que começou a ser discutida há mais de um ano e que pode injetar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 18 bilhões na economia em 2018.

Os técnicos do governo avaliam ainda que o pagamento dos acordos relativos a perdas com planos econômicos também terá efeito

benéfico ao injetar pelo menos R\$ 7,2 bilhões. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse ontem ao GLOBO que o governo negocia com o relator da medida provisória (MP) do PIS/Pasep, Lasier Martins (PSD-RS), a abertura de uma janela para permitir saques em qualquer idade. A MP diminui de 70 para 60 anos a idade em que o saque é permitido. O relator, contudo, quer ampliar a permissão e tem a simpatia do governo. A equipe econômica negocia com a Caixa e a Febraban para agilizar a regulamentação do uso de parte dos recursos da conta do FGTS como garantia a empréstimos consignados para trabalhadores do setor privado.

INICIATIVAS DE CURTO PRAZO

Apesar de o governo estar concentrado em medidas que reequilibrem as contas públicas, como a privatização da Eletrobras e as negociações sobre a chamada cessão onerosa — que renegocia contrato com a Petrobras —, essas ações podem ajudar a equipe econômica a entregar o crescimento de 3% estimado oficialmente para este ano. A injeção de novos recursos na economia, aliada a medidas que barateiam o crédito, possibilita que os cidadãos consigam pagar suas dívidas e, ainda, consumir. É nisso que o governo aposta. O movimento é similar ao saque das

contas inativas do FGTS, mas o governo sabe que, dessa vez, o estímulo deve ocorrer em uma proporção bem menor. O saque, realizado no ano passado, possibilitou um estímulo de R\$ 40 bilhões e deu uma ajuda importante para a retomada econômica. Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou alta de 1%, após dois anos de retração. Já não existe, porém, espaço para repetir um impulso de curto prazo de igual magnitude.

O economista-chefe da Austing Rating, Alex Agostini, acredita que as medidas podem dar um impulso extra, mas somente se forem associadas a um contexto de retomada da economia, com recuperação do mercado de trabalho: — Essa medida, isolada, têm pouca força. Mas conjugadas com o cenário macroeconômico favorável, com setores voltando a empregar, podem ajudar. No caso do compulsório, os bancos têm mais recursos para emprestar. Mas quem garante que os bancos vão emprestar? E se os bancos emprestarem, vai ter tomador? O mercado de trabalho precisa se restabelecer. Neste ano, a estimativa oficial de crescimento é de 3%. Técnicos do governo, no entanto, reconhecem que a economia perdeu fôlego, e analistas de mercado já preveem crescimento de 2,76%, conforme boletim Focus divulgado na segunda-feira. A equipe econômica, contudo, sustenta que um PIB de 3% ainda é crível.





MERCADO SE AJUSTA A RETOMADA "MAIS GRADUAL"

O economista Gabriel Leal de Barros, da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado Federal, explica que o mercado está readequando expectativas após um otimismo com o resultado de 2017. A própria IFI estima que o país terá um crescimento de 2,7% neste ano. Ele cita que, no ano passado, o saque

do FGTS e a liberação de parte dos recursos do PIS/Pasep impulsionaram a economia, mas os indicadores "mais recorrentes" apontam para uma retomada muito mais gradual se não houver impulsos extraordinários tão fortes: — No ano passado, o FGTS funcionou como um impulso temporário muito forte, ajudou a acelerar. Os demais fatores indicam uma retomada muito mais gradual. Esse quadro não mudou.

CONJUNTO DE PROPOSTAS

GOVERNO BUSCA INCENTIVOS QUE NÃO PESEM SOBRE AS CONTAS PÚBLICAS

(EM R\$ BILHÕES)

25,7

Redução de compulsórios no Banco Central
Diminuição da parte do dinheiro que os clientes depositam no banco e que as instituições são obrigadas a deixar parada no BC.

15

Saque de recursos do PIS/Pasep
Hoje uma MP libera que trabalhadores com mais de 60 anos saquem os recursos depositados antes de 1988. O governo discute abrir uma janela para que pessoas de qualquer idade possam fazê-lo.

7,2

Planos econômicos
Os bancos fecharam um acordo com poupadore para ressarcir compensação das perdas dos planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

18

Uso do FGTS como garantia para consignados privados
O governo aprovou uma lei que permite o uso da multa do FGTS e de 10% do saldo da conta como garantia para empréstimos consignados privados, uma forma de tentar baixar os juros. Falta regulamentar.

Fonte: Ministério do Planejamento

Editoria de Arte

Ações serão usadas para melhorar imagem

Segundo auxiliares, Temer pretende destacar redução do juro do cheque especial e para compra de imóveis em discursos

DÉBORA BERGAMASCO

BRASÍLIA - Disposto a provar que sua determinação de concorrer à reeleição é verdadeira, o presidente da República, Michel Temer (PMDB), deve incrementar seu discurso "pré-eleitoral" nos próximos dias. Segundo o que dois auxiliares diretos de Temer adiantaram ao GLOBO, o presidente pretende "surfar" na propaganda positiva que será feita pelo governo a partir de medidas como a redução dos juros para compra da casa própria, anunciada pela Caixa anteontem. Além da melhora no financiamento imobiliário, a redução dos juros no cheque especial, anunciada semana passada, também deve passar a figurar nos discursos do presidente. O esforço para melhorar a imagem de Temer ainda inclui pesquisas semanais encomendadas pelo Palácio do Planalto ao Ibope. Mesmo com um péssimo índice de popularidade — uma rejeição de 70%, segundo a última pesquisa —, auxiliares presidenciais acreditam na força dessa "agenda positiva".

A propaganda em torno da redução de juros no setor bancário será empacotada junto com outras ações que impactam o eleitor comum, como a redução dos juros nos financiamentos de carro e de eletrodomésticos e a queda no preço dos alimentos. Munidos de informações do Ministério da Agricultura, o governo aposta que a nova safra vai derrubar ainda mais o preço da cesta básica, o que levará o Planalto a bater na tecla de que a comida ficou mais barata. Apesar de reconhecer a modulação do discurso de Temer, auxiliares do presidente devem continuar negando publicamente o uso pré-eleitoral da agenda. No caso da redução dos juros pela Caixa, um ministro negou ao GLOBO que deixar o financiamento da casa própria mais barato tenha sido uma medida encomendada por motivação política. O ministro afirmou que a diminuição da alíquota se deu por um "movimento natural de competitividade do mercado, possibilitado pela queda de juros da Selic". Também não se admite que a novidade tenha sido anunciada para fazer frente aos resultados da pesquisa Datafolha, publicada no domingo, que apontou Temer com apenas 1% das intenções de voto.

Corpo a corpo - ESTEVES COLNAGO

‘Estamos discutindo janela mais ampla de saque do PIS/Pasep’

"Vai resolver a economia? Não, mas pode ajudar", diz novo ministro do Planejamento

BRASÍLIA - Sem os recursos das contas inativas do FGTS para turbinar o PIB, o governo está em busca de outros incentivos que não tenham impacto sobre as contas públicas. Em sua primeira entrevista exclusiva, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou ao GLOBO que a equipe econômica apoia uma proposta do Congresso de criar uma janela para que trabalhadores de qualquer idade saquem recursos do PIS/Pasep depositados até 1988. Segundo ele, isso pode injetar até R\$ 15 bilhões na economia.

O teto de gastos é cada vez mais complicado de cumprir uma vez que não houve reforma da Previdência. Até quando ele é sustentável?

Sem reforma, já é muito difícil (cumprir o teto) em 2019, porque a despesa discricionária (que se pode cortar) está em R\$ 98 bilhões e é difícil os órgãos cortarem. Eu poderia zerar os investimentos, mas isso é uma coisa complicada de fazer, porque tenho obras em andamento. Em 2019 dá para sobreviver? Dá. Mas em 2020 não dá. Você tem que aprovar alguma reforma.

Mesmo 2019 fica muito apertado então...

É, por isso que é muito importante aprovar o projeto da reoneração da folha. São R\$ 16 bilhões de despesas que você poderia agregar nas discricionárias. Sairia de R\$ 98 bilhões para R\$ 114 bilhões. Mas não tem como não fazer uma reforma da Previdência. Ela daria uma economia de R\$ 5 bilhões este ano. Aí teria um 2019 mais tranquilo. E, num segundo ano, o ganho seria de R\$ 14 bilhões.

Como ficará o adiamento do reajuste do funcionalismo?

Em 2019, temos um novo reajuste do funcionalismo. Podemos tentar, de novo, postergar.

O governo vai insistir no adiamento do reajuste de 2018 para 2019?

A cada mês que passa fica mais difícil. Você vai criando muita dificuldade. Mas essa é uma carta que está na mesa.

O que mais o governo precisa para manter o Orçamento de 2019 dentro do teto?

Repensar alguns órgãos. Transformar alguns órgãos em organização social. O ITA (Instituto

Tecnológico de Aeronáutica) é um centro de excelência. Poderia ser uma boa organização social e aí teria recursos da iniciativa privada e do governo. Mas a folha seria fora do governo. O governo atravessa vários órgãos porque está numa situação de fragilidade fiscal.

O que preocupa hoje do ponto de vista da despesa?

Ainda não caiu a ficha de que o Estado não pode tudo. O Estado tem sérias limitações para cumprir com as suas obrigações. Há uma demanda natural das pessoas de ter uma saúde melhor, educação melhor, transporte público com passagem menor. O desejo das pessoas é infinito. Mas o Estado chegou a um ponto em que não consegue mais atender a isso. E ele tem tido dificuldade de demonstrar. Estou dando benefício há 20, 30 anos a alguns setores e nem assim eles têm demonstrado essa competitividade. Será que não posso realocar isso em outro local, mais alinhado com a economia de hoje?

O IBC-BR teve alta de apenas 0,09%. Já tem analista revendo a projeção de crescimento. O senhor continua otimista?

Estamos otimista. Não se imagina não crescer este ano. Pode crescer menos, mas próximo do produto





potencial, que seria 2,3%. Com relação ao sinal amarelo, estamos o tempo todo com o sinal amarelo, avaliando qual medida adotar para que o mercado faça seus investimentos. Estamos numa discussão, junto com o relator do PIS/ Pasep (deputado Lasier Martins/PSD-RS), para permitir janela mais ampla de eventuais saques para que esses recursos entrem para abater dívida, para que as pessoas possam se reorganizar.

O que é uma janela ampla?

O relator tem a ideia de criar um período em que as pessoas possam acessar a conta do PIS/ Pasep antes de 1988, independentemente da idade. A regra era 70 anos ou aposentado. Diminuímos para 60 anos e estamos numa discussão com o relator. Ele apresentou proposta que diz que, por um período, independentemente da idade, se você tem saldo na conta, pode sacar. Isso pode gerar de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões. Vai resolver a economia? Não, mas pode ajudar. (Martha Beck e Bárbara Nascimento)

Leilão de 6 distribuidoras da Eletrobras deve ser adiado



Obstáculo. Adiamento do leilão de distribuidoras da Eletrobras atrapalha privatização da estatal

TCU pede mais tempo para analisar informações sobre o caso

BÁRBARA NASCIMENTO
E MANOEL VENTURA

BRASÍLIA - O leilão das seis distribuidoras da Eletrobras, previsto para 21 de maio, deve ser postergado. O relator do projeto no Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio, afirmou ontem que a área técnica da instituição precisará de mais tempo para análise e que o processo não deve ser devolvido ao plenário para deliberação dos ministros antes de um mês. O TCU aguarda informações pedidas ao governo pela procuradora do

Ministério Público junto ao órgão, Cristina Machado. A equipe econômica espera o parecer do TCU para publicar o edital do leilão.

O leilão das distribuidoras é considerado um passo importante para a privatização da Eletrobras. Segundo o ministro do TCU, após as informações serem enviadas, o processo terá que passar pela análise da área técnica e pela procuradora antes de ir a plenário: — Isso (o processo) está sendo devolvido para a unidade técnica, que deve demorar de duas a três semanas para fazer a análise. Depois vamos remeter para a procuradora para saber se as questões que ela levantou foram

respondidas e volta para análise aqui. Acho que dentro de um mês, um mês e pouco, volta para análise do plenário.

SEM FÔLEGO PARA INVESTIR

Ontem, Múcio recebeu os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, do Planejamento, Esteves Colnago, e de Minas e Energia, Moreira Franco. Eles queriam um cronograma para a devolução do processo ao plenário. Moreira esclareceu que as informações solicitadas ao governo serão enviadas ao TCU "em dois ou três dias". Entre os dados solicitados estão, por exemplo, análise separada de cada empresa e, ainda, algumas diligências por parte do Executivo e do TCU. — Há pontos técnicos que serão esclarecidos. A relação do governo com o TCU é de cooperação mútua — disse Moreira, que afirmou que o decreto que viabiliza a privatização deve ser publicado hoje ou amanhã.

O ministro de Minas e Energia reiterou a importância da privatização da Eletrobras para o equilíbrio do setor energético do país. Ontem, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., afirmou a deputados, em audiência pública, que o aumento de capital proposto pelo governo no





processo de privatização é a melhor saída para a empresa investir e manter sua participação no setor elétrico. Apenas para manter a participação de 31% no segmento de geração e de 50% na transmissão, a Eletrobras teria de investir R\$ 14 bilhões por ano. No plano de investimentos da empresa, no entanto, só há espaço para R\$ 4 bilhões. — Tivemos que reduzir o valor dos investimentos como parte da reestruturação — afirmou. — Não temos capacidade de investimento, a não ser que façamos a capitalização.

TCU deve liberar fundo para cumprir regra de ouro

Fundo de teles cederá R\$ 10 bi para evitar descumprimento de norma constitucional

Breno Pires
Idiana Tomazelli

O governo deve obter hoje o sinal verde do Tribunal de Contas da União (TCU) para usar recursos de um fundo criado para financiar a fiscalização do setor de telecomunicação, o que abre espaço para o cumprimento da chamada “regra de ouro” do Orçamento. A norma constitucional impede a emissão de dívida para pagar despesas correntes como salários e aluguéis.

A desvinculação de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) deve liberar cerca de R\$ 10 bilhões, segundo cálculos preliminares, apurou o Estadão/Broadcast. O uso desse dinheiro na prática diminui a necessidade do governo de emitir dívida, minimizando o risco de desrespeito à norma, o que configuraria crime de responsabilidade.

Essa medida é um dos caminhos encontrados pela área econômica para garantir o cumprimento da regra de ouro, que tem um rombo de R\$ 203,4 bilhões para 2018. Parte desse buraco será

coberto com a segunda parcela de devolução de recursos pelo BNDES, no valor de R\$ 100 bilhões, mas outras alternativas serão essenciais para fazer frente ao tamanho da insuficiência que existe para este ano.

O governo ainda tem outras duas consultas pendentes de análise no TCU, sobre a desvinculação de superávits de anos anteriores e de recursos de royalties de petróleo. No caso dos royalties, a estimativa preliminar é de que a medida possa liberar outros R\$ 27 bilhões. Até agora, segundo apurou a reportagem, a área técnica do TCU não vê impedimentos legais para atender ao governo.

Os técnicos da corte de contas avaliam que não há ilegalidade no uso dos recursos do Fistel, desde que não haja prejuízo ao equilíbrio financeiro das atividades da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que regula o setor.

Royalties.

Sobre as outras duas consultas, a área técnica ainda não concluiu seu pronunciamento, mas os auditores entendem que não haverá grandes obstáculos.

A questão mais complexa é a dos royalties, porque, se ficar constatado que a vinculação é constitucional, seria necessária uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Com a intervenção federal no Rio de Janeiro, nenhuma PEC pode tramitar no Congresso. Em último caso, na avaliação da área técnica da corte de contas, o governo poderia recorrer ao Congresso para aprovar um crédito suplementar - única exceção prevista na Constituição para permitir emissão de dívida para pagar despesas correntes.

A ex-secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, listou uma série de medidas em andamento para garantir o cumprimento da regra de ouro este ano, entre elas as desvinculações em consultas no TCU.

Há ainda a devolução do BNDES; o cancelamento de parte dos restos a pagar - despesas de anos anteriores que ainda não foram quitadas pelo governo -, que liberaria R\$ 20 bilhões; a extinção do Fundo Soberano do Brasil, que ajudaria em R\$ 26 bilhões; e a desvinculação de recursos atrelados ao extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que renderia R\$ 16 bilhões.





Com essas medidas, o governo poderia ter até uma margem de R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões para cumprir a regra de ouro em 2017, disse Ana Paula, recém-nomeada secretária executiva do Ministério da Fazenda. O debate em torno da desvinculação dos recursos do Fistel nesta quarta, no plenário do TCU, pode abrir caminho também para que os ministros da corte discutam o próprio desenho da regra de ouro.

A área técnica vê urgência no aprimoramento da norma, porque hoje ela apenas pune os gestores que a descumprirem - ou, no limite, obriga a suspensão dos pagamentos de salários e aposentadorias, apenas adiando o problema e a dívida para o futuro.

ESTATAIS »

Desafios para privatizar a Eletrobras este ano



Linhos de transmissão: tarifas propostas pela Aneel são 50% menores do que o custo da companhia

Apesar da mobilização do governo, que conta com a venda da empresa para fechar as contas de 2018, parlamentares deixam claro que dificilmente tema entrará na pauta antes das eleições. Questionamento do TCU vai adiar leilão de distribuidoras previsto para 21 de maio

» SIMONE KAFRUNI
» RODOLFO COSTA
(Colaborou Rosana Hessel)

O governo acelerou as discussões para encaminhar a privatização da Eletrobras, convertida em prioridade absoluta depois que a reforma da Previdência

fez água. Apesar do empenho do Executivo, que já contabilizou os R\$ 12 bilhões estimados com a venda para fechar as contas públicas, a janela para resolução das pendências está se fechando. Tanto parlamentares da base aliada quanto especialistas do setor duvidam que o governo consiga leiloar a estatal ainda este ano. Nem mesmo o cronograma de privatização das seis distribuidoras da Eletrobras no Norte e Nordeste — que, em tese, estaria mais avançado — será cumprido.

Ontem, o presidente Michel Temer e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, receberam uma comitiva de

17 líderes da base aliada no Palácio do Planalto para cobrar empenho pela aprovação da medida. O Executivo deve bater o martelo, nos próximos dias, sobre um dispositivo legal que permita dar continuidade aos estudos, análises e auditorias enquanto o debate não avança no Congresso Nacional.

Auxiliares de Temer recomendam a publicação de um decreto, ferramenta com efetividade imediata. “Estamos conversando com o Congresso para que a matéria saia vacinada contra intrigas”, afirmou Marun. O objetivo é que o dispositivo seja suficientemente claro a fim de evitar questionamentos e deixar os parlamentares confortáveis para votar pela privatização. “O governo entende que é absolutamente necessária a capitalização da Eletrobras”, destacou Marun.

Para deixar evidente essa necessidade, o presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem, em audiência pública na comissão especial que discute a privatização na Câmara dos Deputados, que os custos da companhia nos setores de transmissão e distribuição são maiores do que os estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Isso explica o prejuízo da empresa e já justificaria privatizar”, disse.





Segundo Ferreira Júnior, na área de transmissão, as tarifas propostas pela Aneel são 50% menores do que o custo da Eletrobras. “A conta não fecha há muito tempo. A companhia tem números piores do que os da concorrência”, explicou. O presidente da Eletrobras também disse que a empresa não tem rentabilidade na maior parte das 178 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) das quais faz parte, por isso pretende leiloar a participação em 70 delas este ano.

A despeito das justificativas do presidente da Eletrobras, o vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, Beto Mansur (PMDB-SP), admitiu que será muito difícil votar a matéria no Congresso Nacional antes das eleições. “Eu sou um cara privatista por natureza. Eu votei sem problema nenhum. Mas a Eletrobras está operando em vários estados. Neste momento, é difícil aprovar (o projeto de desestatização)”, afirmou.

Mario Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) e da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), ressaltou que a privatização é viável, mas muito difícil de ocorrer em 2018. “Há muitos passos anteriores. A base do governo não quer tocar no assunto porque, em ano eleitoral, o discurso da oposição é mais sensível. Alegar aumento de tarifa é mais

convincente do que pegar R\$ 12 bilhões para fechar as contas”, comparou.

Falta de empenho

Conforme Menel, o próprio relator do projeto de lei, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), reclamou da falta de empenho da base aliada. “Na audiência, tinha mais gente da oposição”, alertou. O especialista destacou que será necessário avaliar a posição do Tribunal de Contas da União (TCU), decidir como equacionar a dívida da Eletronuclear, que não pode ser separada da holding com balanço negativo. “Ainda existe a pendência da parte da geração da Amazônia, que tem uma dívida com a Petrobras muito grande”, enumerou.

Tudo isso, disse Menel, precisa ser resolvido em um ano muito curto do ponto de vista legislativo. “Teremos as festas de São João, decisivas para reeleição de parlamentares do Norte e Nordeste, depois a Copa do Mundo e o processo eleitoral”, elencou. Para o setor elétrico, Menel explicou que uma Eletrobras saudável é garantia de expansão do sistema e de maior competição em torno das concessões e autorizações, o que resulta em preços mais baixos para o consumidor final.

Para o especialista em energia Rodrigo Leite, sócio do Leite Roston

Advogados, a maior dificuldade do governo reside em “privatizar o grande cabide político que é a Eletrobras”. “Mas é um impasse muito grande, porque não é possível deixar o ativo definhando. A companhia tem necessidade de capital para fazer juz às dívidas e aos investimentos. No entanto, a janela está se fechando e é preciso, primeiro, vender as distribuidoras, porque, com elas, a Eletrobras vai valer muito menos”, explicou.

Cronograma furado

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Mucio Monteiro, relator do processo de privatização das seis distribuidoras da Eletrobras, admitiu ontem que o leilão das empresas não vai ocorrer em 21 de maio, como previsto no cronograma do governo. Após reunião com três ministros do governo Michel Temer, José Mucio disse que tirou o processo da pauta porque a procuradora do Ministério Público no TCU, Cristina Machado, levantou vários questionamentos. “Só voltará a plenário dentro de um mês, depois de análise das respostas”, afirmou. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estima que, após a publicação do edital, são necessários, em média, 30 dias para a realização do leilão, o que empurra o certame para meados de junho.





Bola da vez

Governo apostou todas as fichas na privatização da Eletrobras, mas cronograma não será cumprido

- Maior estatal de energia elétrica, a Eletrobras é responsável por 31% da geração e 50% da transmissão no país
- A Eletrobras teve prejuízo de R\$ 1,7 bilhão em 2017. Apenas no quarto trimestre do ano passado, as perdas somaram R\$ 4 bilhões
- Para se manter competitiva no mercado, precisaria investir R\$ 14 bilhões por ano
- Conforme o plano plurianual, as perspectivas são de aportes anuais de apenas R\$ 4 bilhões
- Em 2017, a empresa investiu R\$ 5,2 bilhões
- O valor de mercado da companhia passou de R\$ 9 bilhões, em junho de 2016, para R\$ 34 bilhões em 2017
- Deficitárias e com dívidas gigantescas, seis distribuidoras — Amazonas, Boa Vista Energia (Roraima), Centrais Elétricas de Rondônia, Companhia de Eletricidade do Acre, Companhia Energética de Alagoas e Companhia de Energia do Piauí — serão privatizadas antes da holding
- O leilão das distribuidoras estava previsto para 21 de maio, mas não deve ter o cronograma cumprido por conta de questionamentos do TCU
- Atualmente, a companhia tem cerca de 22 mil funcionários, sendo que 6,6 mil são das seis distribuidoras do Norte e Nordeste. O objetivo é chegar ao fim do ano com 12 mil empregados
- Com o plano de aposentadoria, foram desligados 2.055 funcionários, com economia prevista de R\$ 826 milhões por ano
- A companhia lançou o Plano de Desligamento Consensual (PDC), feito em cima da nova lei trabalhista, que prevê a adesão de mais 3.017 pessoas e economia esperada de R\$ 890 milhões por ano
- A dívida beira R\$ 45 bilhões, mas caiu de 8,8 vezes a geração de caixa para 3,7 vezes em 2017
- As despesas com pessoal caíram de R\$ 12,4 bilhões, em 2016, para R\$ 11,8 bilhões em 2017 (-5%)
- Além das distribuidoras, a Eletrobras vai vender 70 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) de eólicas e transmissão em leilão marcado para 7 de junho

ESTATAIS »

BNDES corta diretorias

Rio — Uma semana depois de tomar posse no cargo de presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o ex-ministro do Planejamento Dyogo Oliveira reduziu de oito para seis o número de diretores do banco, e trouxe para sua equipe o secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Marcos Ferrari, que vai ocupar a Diretoria de Governos e Infraestrutura.

Deixaram o banco o diretor da área de Comércio Exterior e Fundos Garantidores, de Indústria e Serviços e Tecnologia da Informação, Carlos da Costa, e a diretora da área de Energia, Gestão Pública e Socioambiental e de Saneamento e Transporte, Marilene Ramos.

Ricardo Ramos, que já era do banco, ficará responsável pela Diretoria de Transformação Estratégia e Digital. Além da estratégia de digitalização, a diretoria de Ramos cuidará das operações

indiretas (na qual se concentra a maioria dos financiamentos às micros, pequenas e médias empresas) e da área de recursos humanos.

O banco informou que as mudanças têm objetivo de “racionalizar processos, reforçar sinergias e aumentar a eficiência operacional”. Segundo Dyogo Oliveira, “a revisão visa fortalecer a estratégia de digitalização do BNDES e busca maior agilidade e eficiência”, conforme nota distribuída pela instituição.

A Diretoria de Investimento voltará a ser comandada por Eliane Lustosa, que também terá sob sua responsabilidade a estruturação financeira de projetos e empreendedorismo. Para a Diretoria de Empresas volta Cláudia Pimentel Trindade Prates, que também ficará responsável pela área de Originação do Banco.

Carlos Thadeu de Freitas assume a Diretoria de Finanças, que, além da área financeira, passa a

responder pela análise de risco de crédito do banco. Na Diretoria Jurídica permanece Marcelo de Siqueira Freitas, que também acumulará a área de controladoria e conformidade.

Banco Central

O plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Carolina de Assis Barros para o cargo de diretora de Administração do Banco Central. Antes, ela passara por sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No plenário, o nome da nova diretora do BC recebeu 52 votos favoráveis e foi registrada uma abstenção. Carolina tem graduação em administração, pós-graduação em administração financeira e mestrado em administração pública. Ela está desde 2000 no BC, onde ocupou os cargos de chefia de gabinete da presidência do órgão e da própria diretoria de administração. Desde setembro de 2012, é chefe do Departamento de Comunicação da autoridade monetária.

CONJUNTURA »

Futuro sem planejamento

» Letícia Cotta*

Oito em cada 10 brasileiros não se preparam para a aposentadoria. São 104,7 milhões de pessoas acima de 18 anos que não investem para garantir o futuro, segundo estudo do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC/Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). O orçamento apertado é a justificativa da maioria. Segundo 47% dos entrevistados, não sobra dinheiro para aplicar. O desemprego, para 22%, é a causa da falta de poupança.

A estudante Rita Frazão, 22 anos, sabe que algum dia terá de sair do mercado de trabalho, mas a crise econômica do país e tudo que ela ouve sobre o atendimento no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a desencorajam até de contribuir para a Previdência. “O desemprego nos faz buscar outras formas de garantir o futuro. No INSS, somos constrangidos quando

buscamos aquilo pelo que contribuímos durante anos”, disse.

Segundo a pesquisa, os brasileiros que conseguem reservar algum dinheiro para o momento de parar de trabalhar guardam, em média, R\$ 371,38. Mesmo assim, o investimento, muitas vezes, não é continuado. Problemas financeiros causaram a interrupção para 19% dos entrevistados, enquanto para outros 15% houve mudança de prioridades — como compra da casa própria (56%), estudos (44%) e automóveis (27%).

A falta de planejamento preocupa o planejador financeiro pessoal Rogério Olegário, já que a quantidade de idosos deve dobrar em 24 anos. “O jovem que não faz plano de previdência está roubando dinheiro do velhinho que ele será um dia. Em vez de gastar e viver com o que sobra no mês, o ideal é investir e guardar para o futuro”, afirmou.

* Estagiária supervisionada por Rozane Oliveira